



CONCLUÍDA SEGUNDA TURMA DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A solenidade de conclusão da segunda turma do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) foi realizada na última sexta-feira, dia 30 de junho, à noite, no campus.

O evento contou com a participação do presidente da Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste (FEEIN), mantenedora da Faccat, Nicolau Rodrigues da Silveira; do diretor-geral da Faccat, Delmar Backes, do vice-diretor de Pesquisa e Pós-graduação, Roberto Moraes; e do coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mario Riedl.

O orador da turma foi o acadêmico Vítor André da Silveira Duarte.

Receberam os diplomas de conclusão os seguintes alunos: Aline Beatriz Stock Eich, Amauri Rhoden, Andreine Lizandra dos Santos, Carolina Strack Rostirolla, Elisete de Souza Ramão Paz, Fernanda Kohlrausch, Gabriela Dilly, Juarez Camargo Borges, Larissa Bitar Duarte, Simone Henn, Susana Maria Czyza Bangel, Tiane Fernanda de Aguiar e Vítor André da Silveira Duarte.



Fonte: <https://www2.faccat.br/portal/?q=node/3316>

PROFESSOR DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL REALIZARÁ PAINEL NA UNIJUÍ

O Prof. Dr. Carlos Aguedo Nagel Paiva participará como painelistas em evento a ser realizado na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, entre os dias 17 e 18 de julho. O painel temático “**Aportes teóricos e metodológicos para analisar potencialidades de desenvolvimento de sistemas produtivos locais**” contará ainda com a participação do Prof. Dr. Benedito Silva Neto da Universidade Federal da Fronteira Sul.



PROFESSOR E ACADÊMICAS DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FACCAT APRESENTAM TRABALHOS



O Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr e as mestrandas Franciele Berti, Shirlei Alexandra Fetter e Vanuza Alves Mittanck apresentaram os trabalhos: Mulheres, seus saberes, fazeres e afazeres: o gênero feminino nos museus da imigração alemã no sul do Brasil e Multiculturalismo e as Relações Híbridas na Educação no I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura. O Seminário ocorreu em Foz do Iguaçu/PR, nos dias 28 a 30 de junho, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

Mais informações através do link:

<https://claec.org/semlacult/contato/>

LADISLAU DOWBOR – ONDE FOI PARAR O NOSSO DINHEIRO?



Não há nenhuma razão técnica para esta catástrofe em câmara lenta. Produzimos o suficiente para todos, cerca de R\$ 11 mil de bens e serviços por mês por família de quatro pessoas, número que vale tanto para o mundo como para o Brasil: estamos exatamente na média mundial. O problema? O capital financeiro drena o produtivo. Generaliza-se o capitalismo improdutivo no planeta. O rentismo não é só brasileiro. Voltamos ao século retrasado, em que as “famílias de bem” viviam de rendas. Para já, não estamos sozinhos na desgraça. É só olhar o que acontece nos Estados Unidos. Michael Moore resume de maneira genial: “É a equação

norte-americana. Desinforme a população e torne-a ignorante e estúpida. A ignorância leva ao medo, o medo leva ao ódio. Trump conhecia muito bem essa parte da equação. E o ódio leva à violência” (Guardian, 21 abr. 2017). Estamos falando da erosão geral da governança. É só olhar o caos gerado no Brasil, na Argentina, na Venezuela, na Turquia, na França, na África, no Oriente Médio, nas Filipinas. Ressurgem atitudes que achávamos enterradas na Idade Média. O mundo volta a se cobrir de muros e arames farpados.

No centro dos desafios estão duas macrotendências que formatam a nossa sociedade. No plano do meio ambiente, estamos destruindo literalmente a vida no planeta. O aquecimento global, a contaminação das águas, a destruição da cobertura florestal, a liquidação das espécies – perdemos 52% da fauna do planeta em apenas quarenta anos, entre



1970 e 2010 (WWF, 2016). Estamos indo ladeira abaixo em ritmo vertiginoso, com mais tecnologias descontroladas e 7,4 bilhões de habitantes tentando agarrar o que podem no quadro do caos que temos chamado educadamente de “mercados”.

A segunda tendência estruturante é obviamente a desigualdade. No planeta, oito famílias dispõem de mais riqueza do que a metade mais pobre da população mundial, e o 1% mais rico tem mais do que os 99% restantes. Não há economia que possa funcionar assim. Os 28 maiores grupos financeiros do mundo manejam em média US\$ 1,8 trilhão. O Brasil, sétima potência econômica mundial, tem um PIB de US\$ 1,7 trilhão. O poder efetivo, que detém a autoridade sobre a alocação dos nossos recursos, simplesmente se deslocou, e com isso se desloca a capacidade de resgatar o controle e restaurar os equilíbrios. Não é apenas uma questão de justiça social: a própria economia deixa de funcionar. Desde a crise de 2008, o mundo vive no marasmo.

Não há nenhuma razão técnica para esta catástrofe em câmara lenta. Produzimos o suficiente para todos, cerca de R\$ 11 mil de bens e serviços por mês por família de quatro pessoas, número que vale tanto para o mundo como para o Brasil: estamos exatamente na média mundial. Temos todos os estudos necessários e propostas sistematizadas sobre o que fazer e como, desde a Agenda 2030 aprovada em Nova York até as medidas ambientais aprovadas em Paris. Sabemos o que fazer e quanto custa tanto para enfrentar a mudança climática como para assegurar o acesso a um rendimento mínimo digno para todos e a inclusão produtiva. O que se perdeu foi a capacidade de colocar em prática as políticas, ou seja, a governança do processo, a própria capacidade de decidir sobre o processo decisório. Nosso problema não é econômico, é político.

Para onde migrou o poder? Essencialmente para os grandes grupos de intermediação financeira. Como escreve Joseph Stiglitz na sua proposta de “reescrever as regras”, “conforme a desigualdade aumenta, o sistema político se torna crescentemente atropelado (over-run) pelos interesses corporativos, e as políticas públicas requeridas para assegurar uma real igualdade de oportunidades tornam-se cada vez mais difíceis de implementar”.¹ Ou seja, o problema não é político no sentido de que apenas elegemos a pessoa ou o partido errados, mas no sentido de que o processo decisório se tornou disfuncional.

Temos uma economia globalizada e uma política fragmentada em duzentos governos nacionais. Temos tecnologias impressionantes e um sistema de patentes, copyrights e royalties que trava o acesso ou as torna inoperantes. Temos, em particular, um sistema financeiro global, as famosas Sifis (Systemically Important Financial Institutions), que não prestam mais contas a ninguém. E manejam o acesso aos recursos necessários para viabilizar as novas políticas ambientais e sociais, e para financiar, inclusive, as atividades produtivas.

Esse último aspecto é essencial. O sistema financeiro não só trava as iniciativas necessárias para assegurar os equilíbrios ambientais e sociais, como também drena os recursos das empresas efetivamente produtoras de bens e serviços que geram empregos. A revista *The Economist*, na sua edição prospectiva para 2017, constata que “a taxa de distribuição dos dividendos subiu de menos de 40% em 2011 para mais de 70% em 2016. Em consequência, não é surpreendente neste contexto que a parte do investimento industrial relativa ao PIB tenha continuado a se reduzir. As empresas buscam transferir os fundos para seus acionistas em vez de reinvesti-los em suas operações. Assim, não é a liquidez que faz falta para investir. Estima-se que as empresas entesouraram mais de US\$ 7 trilhões em liquidez no mundo – uma forma de inércia que vai se perpetuar em 2017 e para além”.² Em outros termos: o capital financeiro drena o produtivo. Generaliza-se o capitalismo improdutivo no planeta. O rentismo não é só brasileiro. Voltamos ao século retrasado, em que as “famílias de bem” viviam de rendas.

Como passamos de um capitalismo em que a remuneração e a fortuna mantinham certa proporcionalidade com a contribuição produtiva para o presente sistema, que, em vez de



remunerar produtores, remunera rentistas? Em poucas décadas, essencialmente desde os anos 1980, a parte dos intermediários financeiros no lucro corporativo norte-americano subiu de 10% para 42%. Epstein e Montecino, do Roosevelt Institute, fizeram as contas e constataram que o sistema financeiro, no seu conjunto, hoje mais drena a economia em vez de financiar suas atividades. Ou seja, não é apenas improdutivo; ele tem uma contribuição líquida negativa para a economia.

“Um sistema financeiro saudável é aquele que canaliza recursos financeiros para investimento produtivo; ajuda as famílias a poupar para poder financiar grandes despesas, como educação superior e aposentadorias; fornece produtos como seguros para ajudar a reduzir riscos; cria suficiente quantidade de liquidez útil; gera um mecanismo eficiente de pagamentos e inovações financeiras para fazer todas essas coisas úteis de forma mais barata e efetiva. Todas essas funções são cruciais para uma economia de mercado estável e produtiva. Mas, depois de décadas de desregulação, o sistema financeiro atual dos Estados Unidos tornou-se altamente especulativo, falhando de maneira bastante espetacular em realizar essas tarefas críticas.”³

O conceito de custo líquido do sistema financeiro é muito útil, pois envolve a questão da produtividade sistêmica das finanças de um país. Para o Brasil, considerando os custos da crise iniciada em 2013, da qual o sistema financeiro foi a causa principal, poderíamos igualmente calcular o custo sistêmico. No caso norte-americano, os autores consideram que “precisamos incorporar os custos das crises financeiras associadas com a especulação excessiva e as atividades econômicas destrutivas, que são agora bem compreendidas, no sentido de terem sido essenciais na crise econômica recente”.

O capitalismo financeiro atual mudou as regras do jogo e deslocou o centro do poder. O fato de bancos e economistas do mercado utilizarem o conceito de “investimento” tanto para compra de papéis financeiros como para investimento produtivo dificulta a compreensão. Em inglês se distingue claramente o mecanismo produtivo que gera a renda (income) e a aplicação financeira improdutivo que gera “renta” (rent). Em francês é igualmente clara a diferença de *revenu* e *rente*, respectivamente. De forma mais explícita, na literatura inglesa utiliza-se o conceito de *unearned income*, rendimento auferido não por contribuição produtiva, mas por apropriação do trabalho dos outros. Muitos (como Michael Hudson) já utilizam o conceito de capitalismo parasitário. A diferença é que nos Estados Unidos se reconhece o papel dos bancos na crise de 2008 e no marasmo que continua, enquanto aqui se atribui a crise atual ao ridículo déficit fiscal, de menos de 2% do PIB.

Qualquer que seja o nome, vale a pena ver como essa deformação se manifesta no Brasil e como travou a economia. Em termos resumidos, a economia, para funcionar, depende de quatro motores: as exportações, a demanda das famílias, o investimento e a produção empresariais, e o investimento público em infraestruturas e políticas sociais.

No Brasil, as exportações não constituem nem de longe o principal motor. Os cerca de US\$ 185 bilhões de exportações, representando como ordem de grandeza R\$ 600 bilhões, mal chegam a 10% do PIB. Não somos como alguns países asiáticos onde o motor do comércio externo é essencial. Com uma população de 204 milhões habitantes e um PIB de R\$ 6 trilhões, somos uma economia vinculada ao mercado interno. Se as dinâmicas internas não funcionam, o setor externo pouco poderá resolver. E, na fase atual de marasmo mundial, o setor externo não é alternativa.

A dinâmica principal tem de vir da demanda das famílias e das atividades empresariais. Aqui, o volume de recursos extraídos da economia por meio dos juros é absolutamente escandaloso e sem paralelo no mundo. Segundo o Banco Central, em janeiro de 2017 o montante de crédito em mãos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, ou seja, o estoque de dívidas das famílias e das empresas, era de R\$ 3,1 trilhões, o que representa uma relação crédito sobre PIB de 48,7%. O montante da dívida não é particularmente elevado em



comparação com outros países onde frequentemente ultrapassa os 100% do PIB. O escândalo está nos juros.

Fazendo a média entre os diversos tipos de crédito, o Banco Central apresenta o juro médio de 32,8%. Ou seja, o juro extraído do estoque de R\$ 3,1 trilhões de dívida é de R\$ 1 trilhão por ano. Trata-se do montante que famílias e empresas pagam aos intermediários financeiros e que deixa de se transformar em consumo das famílias ou em investimento pelo setor privado da economia. Isso representa 16% do PIB, valor apropriado pelo próprio sistema de intermediação financeira. Os 32,8% que cobra o sistema financeiro no Brasil podem ser comparados com a zona do euro, onde os juros se situam essencialmente entre 2% e 4% ao ano. Reitero: ao ano. E os bancos na Europa vão bem, obrigado. Particularmente importante são os cerca de R\$ 800 bilhões que as famílias utilizaram de crédito livre em 2016, tipicamente para compras a prazo, pagando juros de 73%: são R\$ 500 bilhões de capacidade de compra imobilizados em juros, 8,3% do PIB que passam para os intermediários financeiros em vez de serem utilizados para compras. Estranguladas pelos juros, as famílias não só param de comprar, mas também utilizam a liberação do FGTS para pagar juros, mais recursos apropriados por intermediários financeiros.

O dreno sobre a capacidade de compra das famílias tem efeito direto sobre as empresas, que não têm para quem vender. O resultado é um efeito em cadeia: diminuem a produção, cortam investimentos, reduzem o emprego, o que encurta ainda mais a demanda das famílias. Além disso, como as empresas, no crédito livre, pagam 29% de juros (ordem de grandeza de 2% ao ano na Europa), elas não têm como recorrer aos bancos para atravessar a crise. E finalmente têm a opção de deixar de lado a produção de bens e serviços para colocar seu dinheiro em títulos da dívida pública, que rendem ao mês o que no resto do mundo rendem ao ano. As atividades empresariais produtoras de bens e serviços entram em crise de vez.⁴

O quarto motor da economia, o investimento público em infraestruturas e em políticas sociais, foi igualmente travado pelos elevados juros (Selic) sobre a dívida pública. Em 2015 foram R\$ 400 bilhões pagos em juros, 7% do PIB, montante que poderia ter se transformado em dinamização da economia, mas foi apropriado essencialmente por intermediários financeiros. Somando os 16% tirados das famílias e das empresas e os 7% tirados dos nossos impostos, temos um dreno de 23%. Que parte disso volta para a economia real? Não temos esse número aqui. Nos Estados Unidos, a estimativa é que o dinheiro passa a rodar essencialmente na ciranda financeira, porque as aplicações financeiras rendem mais do que os investimentos produtivos. O sistema fica sistemicamente disfuncional. Viva o rentismo.

O prego no caixão vem do sistema tributário. No Brasil, 56% dos tributos consistem em impostos indiretos, embutidos nos produtos, o que significa que a progressividade dos impostos é liquidada. Somadas a fragilidade do imposto sobre lucros e dividendos, a evasão de impostos, que atingiu R\$ 571 bilhões em 2015, e a sólida presença brasileira em paraísos fiscais, temos um estoque acumulado de US\$ 520 bilhões, segundo o Tax Justice Network. A conclusão é óbvia: o sistema está travado não pelo ridículo déficit gerado pelas políticas públicas, e sim pelo conjunto de drenos que o sistema financeiro gerou no país.⁵ Bem-vindo ao capitalismo improdutivo.

*Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia, e professor titular da PUC-SP.

Artigo originalmente publicado no Le Monde Diplomatique Brasil: <http://diplomatique.org.br/onde-foi-parar-o-nosso-dinheiro/>



CEPAL: A ELEVADA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA CONSTITUI UM OBSTÁCULO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Entre 2008 e 2015 a desigualdade na distribuição de renda das pessoas diminuiu na América Latina graças à prioridade que os países deram ao desenvolvimento social, porém seu ritmo de declínio se desacelera entre 2012 e 2015 e os níveis atuais seguem sendo muito altos para alcançar o desenvolvimento sustentável, alertou hoje a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A distribuição de renda é somente uma das dimensões da desigualdade na região analisadas no relatório anual Panorama Social da América Latina 2016, apresentado em uma coletiva de imprensa pela Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, em Santiago, Chile. O estudo também se aprofunda nas desigualdades no uso do tempo entre homens e mulheres, naquelas associadas à condição étnico-racial e nas que se evidenciam em distintas etapas do ciclo da vida. “A desigualdade é uma característica histórica e estrutural das sociedades da América Latina e do Caribe, que se manifesta por meio de múltiplos círculos viciosos. Avançar rumo a sua redução significativa é um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os países da região em 2015. Esta agenda defende não deixar ninguém para trás”, afirmou Alicia Bárcena.

O coeficiente de Gini para os rendimentos pessoais em 2015 mostrou um valor médio de 0,469 para 17 países da América Latina (0 representa ausência de desigualdade e 1 desigualdade máxima), um nível considerado alto. Embora o índice tenha diminuído 1,2% anual em média entre 2008 e 2012, o ritmo de declínio caiu para a metade entre 2012 e 2015 (0,6% anual). Esses avanços foram impulsionados por uma melhora relativa das rendas do trabalho dos setores de menores rendas, graças às políticas ativas como a formalização do emprego e os aumentos reais do salário mínimo ocorridos em vários países, explica a CEPAL. Também foi notável o aumento das transferências monetárias para os estratos de menores rendas.

Contudo, por meio de uma análise complementar da distribuição funcional de renda na região, se observa que as melhorias distributivas recentes não estiveram necessariamente associadas a uma distribuição mais equitativa do capital e do trabalho. Essa edição do Panorama Social também chama a atenção sobre a estrutura da propriedade (de ativos físicos e financeiros) como um fator fundamental para a reprodução da desigualdade na região. Por meio de um estudo de caso, se constata que a distribuição da riqueza é ainda mais desigual que aquela medida somente pelas rendas correntes das pessoas.

Por isso a CEPAL insiste na necessidade de impulsionar uma mudança estrutural progressiva na América Latina e Caribe, que gere empregos de qualidade - com direitos e proteção social, maiores níveis de produtividade e melhores remunerações do fator trabalho. O relatório adverte também que as mulheres continuam sobrerrepresentadas nos quintis de menores rendas e que seu tempo total de trabalho (que equivale à soma das horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado com aquelas dedicadas ao trabalho remunerado) é superior ao dos homens, o que limita sua autonomia econômica. As mulheres destinam até um terço de seu tempo ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, enquanto que os homens somente, 10%. Além disso, o valor econômico do trabalho não remunerado que se realiza nos domicílios, e que não se contabiliza no PIB, equivale aproximadamente a um quinto do mesmo, sublinha o organismo regional.

A condição étnico-racial é outro fator de desigualdade estrutural na América Latina, afirma a CEPAL. Na região vivem em torno de 130 milhões de pessoas afrodescendentes (2015), aproximadamente 21% do total da população. Ainda que o Brasil e Cuba concentrem



91% do total regional, a população afrodescendente está presente em todos os países da América Latina. Em 14 deles criaram-se instituições e mecanismos governamentais de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, e fortaleceu-se a legislação de proteção de seus direitos. Esse grupo da população está sobrerrepresentado no estrato socioeconômico de menores rendas e sofre desigualdades profundas em todas as áreas do desenvolvimento social, que se expressam, por exemplo, em maiores taxas de mortalidade infantil e materna, de gravidez na adolescência e de desemprego, e em menores rendas do trabalho (em comparação com os não afrodescendentes), revela o estudo.

No capítulo dedicado ao gasto social observa-se que este alcançou em 2015 seu máximo histórico: 10,5% do PIB para o governo central e 14,5% do PIB para o setor público (como média simples regional). A previdência social (5%), a educação (4,6%) e a saúde (3,4%) seguem sendo as funções de maior importância em relação ao PIB. Apesar disso, os orçamentos de gasto social de 2016-2017 registram contrações na maioria dos países, enquanto as estimativas do PIB são em geral de crescimento moderado, para o que a CEPAL solicita resguardar e precaver o financiamento das políticas sociais para dar sustentabilidade aos avanços alcançados e enfrentar os desafios vigentes. Para desativar os círculos viciosos da desigualdade é necessário utilizar um enfoque sistêmico, destaca a CEPAL. As políticas públicas devem garantir a titularidade de direitos, deve-se reconhecer e potencializar o trabalho produtivo e de qualidade como a chave da igualdade e como instrumento por excelência na construção do bem-estar, e se deve universalizar a proteção social ao longo do ciclo da vida (a infância e adolescência, a juventude, a fase adulta e a velhice), com um olhar sensível para as diferenças, recomenda a CEPAL.

Fonte: <http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-elevada-desigualdade-america-latina-constitui-obstaculo-o-desenvolvimento>

PROFESSOR DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL REALIZA PALESTRAS

O Prof. Dr. Iván G. P. Tartaruga foi mediador de painel no "**Seminário Tecnologia, Inovação e Soberania – A engenharia como vetor do desenvolvimento**", que ocorreu em Porto Alegre no dia 22 de junho de 2017. O evento foi uma promoção do Sindicato dos Engenheiros no Estado do RS (SENGE-RS) e da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O prof. Iván G. Peyré Tartaruga (FEE e FACCAT) coordenou o Painel "**O papel das fundações Estaduais de pesquisa tecnológica para o desenvolvimento**" que teve as apresentações do engenheiro e pesquisador Luiz Antonio Antoniazzi (Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC), apresentando o "*Case CIENTEC*" e a engenheira e pesquisadora Bernadete Radin (Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO), expondo o "*Case FEPAGRO*". Participou ainda, juntamente com a gerente de Estratégia e Desenvolvimento Digital da RBS, Camila Leães e do professor do curso de Jornalismo da Fabico/UFRGS, Luiz Artur Ferraretto como convidado do programa #Inovação, transmitido pela Rádio Web Piratini, que teve como tema "práticas que favorecem a inovação" que foi ao ar nesta terça-feira (04/julho). O programa, apresentado pela vice-presidente da PROCERGS Deborah Villela, é produzido pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado em parceria com a PROCERGS.

Além disso, o professor Iván teve o artigo intitulado "Inovação e desenvolvimento territorial: temas emergentes para a geografia econômica brasileira e latino-americana" aprovado para o **Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE)** (ver a seguir na lista de eventos) que se realizará entre os dias 12 a 15 de



outubro de 2017 em Porto Alegre/RS. O trabalho será apresentado no Grupo de Trabalho "Formações socioespaciais: progresso técnico no espaço urbano e agrário".

Link do programa: <https://soundcloud.com/governo-rio-grande-do-su/praticas-que-favorecem-a-inovacao-inovacao-0407>

Link da apresentação: <https://www.youtube.com/watch?v=f0Vo8NpBFKw>

EVENTOS



55º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL | INOVAÇÃO, EXTENSÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Universidade Federal de Santa Maria - RS
30 de julho a 03 de agosto de 2017

Mais informações: <http://sober.org.br/congresso2017/>



Mais informações: <http://www.unisc.br/site/sidr/index.html>



Maiores informações: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/>



Matinhos – Paraná

Prazo para envio de trabalhos:

01/07/2017 a 01/08/2017

Divulgação dos trabalhos aceitos:

a partir de 01/10/2017

Maiores informações:

www.sbdts.com.br

I Jornada de Estudos Étnicos e Migrações: perspectivas históricas e atuais



Maiores informações: <https://gtestudosetnicosem.wixsite.com/gtestudosetnicos>

Aba Eventos – I Jornada de Estudos Étnicos e Migrações: perspectivas históricas e atuais



FACCAT CONVIDA



As Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) promoverão, no dia 29 de julho de 2017, a FACCAT TRAIL RUN, tendo o Campus da instituição como sede do evento: Av. Oscar Martins Rangel, 4500 (ERS 115), Taquara/RS. O evento terá como padrinho o atleta de Ultramaratonas Trail Run MANUEL LAGO (foto ao lado), que é graduado em Educação Física (CREF 727-RJ) e com pós-graduação em Biomecânica e Marketing. Manuel também é especialista em Treinamento Físico para Forças Especiais e em Corridas de Montanha de Longa Distância, com larga experiência em provas trail run de longa duração nacional e internacional, sendo uma das principais referências do esporte no Brasil.

No dia 29/07/2017, junto ao Centro de Eventos, local da largada/chegada, às 9h30min, será realizado um briefing técnico sobre a prova com a presença dos diretores técnicos e do ultramaratonista Manuel Lago. É recomendável que, principalmente, os atletas dos trajetos longo de 31,3km e médio 14km participem, para dirimir dúvidas e se informarem das características da prova e possíveis alterações para segurança dos atletas.

O evento terá percursos de 31,3 km (longo), 14 km (médio) e 6,8 km (curto) para a corrida individual, 6 km para a caminhada e corrida infantil. A largada será nas dependências da FACCAT sob qualquer condição climática, com chegada no mesmo local.

Maiores informações: <https://trailrun.faccat.br/>

Links interessantes:

www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional

repositorio.ipea.gov.br

www.finep.gov.br

www.portalinovacao.mct.gov.br

www.abdi.com.br

www.fnq.org.br

www.ipea.gov.br

www.fee.rs.gov.br

www.anprotec.org.br

www.badesul.com.br

www.brde.com.br

www.bndes.gov.br

www.observadr.org.br/portal

www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home

Caso você tenha alguma contribuição para nosso informativo, envie um *e-mail* para marcosdhein@faccat.br, andressasantos@faccat.br ou mestrado@faccat.br. Desejamos a todos uma ótima leitura e até o informativo 11 do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler – Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR FACCAT

Prof. Dr. Mario Riedl – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR FACCAT

Andressa Soares dos Santos – Assistente da Vice-Direção de Pesquisa e Pós-Graduação FACCAT